



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Apelação Criminal nº: 178168-2

Comarca Origem: Gravatá- 1ª Vara

Apelante: Carmerindo Sebastião dos Santos

Apelados: *SUSB* Augusto César Régis Cavalcante e Carlos Gil Rodrigues

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procuradora de Justiça: Dra. Patrícia Carneiro Tavares (Concovada)

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

067

PENAL E PROCESSUAL PENAL. QUEIXA CRIME. DANO QUALIFICADO. CRIMES CONTRA A HONRA. INVASÃO DE DOMICÍLIO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE ACUSAÇÃO REJEITADA. CONSTATAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. AFASTADA A CONDUTA DOS RÉUS QUANTO AO DELITO DE DANO QUALIFICADO. EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES. PRESCRIÇÃO. OFENSAS NÃO COMPROVADAS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA ATACADA. UNANIMIDADE.

1. Deliberou-se que o julgador não fica atrelado ao rol de testemunhas apresentado na queixa, não obstante o comando do art. 41 do CPP, podendo, inclusive, ouvir outras testemunhas não arroladas, se este assim entender necessário e conveniente, o que não foi o caso dos autos.
2. Constatada a ilegitimidade do querelante quanto à persecução dos querelados relativamente ao delito de violação de domicílio.
3. Afastou-se o delito de dano qualificado, vez que os fatos narrados na queixa subsumiria-se ao tipo penal de exercício arbitrário das próprias razões.
4. Impossibilidade de analisar a culpabilidade dos réus quanto ao delito de exercício arbitrário das próprias razões em face da prescrição.
5. Crimes contra a honra, nos termos da inicial, não restaram provados, devendo ser mantida a absolvição dos querelados.
6. À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de cerceamento de acusação e, no mérito, negou-se provimento ao presente apelo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de **Apelação Criminal nº 178168-2**, oriunda da 1ª Vara da Comarca de Gravatá, em que figuram, como apelante, **Carmerindo Sebastião dos Santos**, e como apelados, **Augusto César Régis Cavalcante** e **Carlos Gil Rodrigues**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por **unanimidade**, em **rejeitar a preliminar de cerceamento de acusação**, e no mérito, também à **unanimidade**, em **negar provimento ao apelo**, tudo consoante consta do relatório e voto anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



068

Apelação Criminal nº: 178168-2
Comarca Origem: Gravatá- 1ª Vara
Apelante: Carmerindo Sebastião dos Santos
Apelados: Augusto César Régis Cavalcante e Carlos Gil Rodrigues
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Patrícia Carneiro Tavares (Concovada)
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação criminal interposta por **Carmerindo Sebastião dos Santos** contra a sentença prolatada pela Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Gravatá, Dra. Izilda Maria de Abreu Dornelas Câmara, que julgou improcedente a **queixa-crime, absolvendo os querelados Augusto César Régis Cavalcante e Carlos Gil Rodrigues**, da acusação de prática das condutas descritas no art. 163, parágrafo único, I e IV (**dano qualificado**), art. 139 (**difamação**) e 140, §2º (**injúria**) c/c a agravante do 141, II, todos do Código Penal, bem assim, declarando a ilegitimidade do autor relativamente ao crime do art. 150, §1º (invasão de domicílio na modalidade qualificada), do CP.

Nas razões recursais, preliminarmente, o querelante (ora recorrente), pugnou pela nulidade da sentença, bem assim dos atos praticados pelo Juiz Severiano de Lemos Antunes Júnior, em razão do indeferimento de oitiva de uma testemunha, por aquele magistrado.

No mérito, pediu pela condenação dos querelados nas sanções dos seguintes artigos do Código Penal: art. 150, §1º (**violação de domicílio na modalidade qualificada**); art. 163, §único, I e IV (**dano qualificado pela violência a pessoa ou grave ameaça e por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima**); art. 129, §2º, II c/c o art. 14, II (**tentativa de lesão corporal de natureza grave**);



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



069

art. 139 (difamação); art. 140, §2º (injúria com violência ou vias de fato), c/c as causas de aumento dos incisos II e III do art. 141.

Contrarrazões oferecida pelos recorridos (fls. 266/267), pugnando pela rejeição da preliminar apresentada, vez que a testemunha em questão não foi arrolada na queixa-crime, e nem esteve presente na ocasião dos fatos, e, no mérito, pela manutenção da sentença.

Contrarrazões apresentadas pelo Ministério Público (fls. 285/286), pugnando pela manutenção da sentença.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça (110/113, opinando, preliminarmente, pelo **não conhecimento do recurso na parte relativa ao crime do art. 150 do CP** (violação de domicílio), por ser um crime de ação pública incondicionada; também se pronuncia pela **rejeição da preliminar** de cerceamento de "defesa" argüida pelo querelante; e, no mérito, pelo provimento parcial do presente apelo, para que, com fulcro no art. 617, do CPP, seja **reconhecida a prática do delito de exercício arbitrário das próprias razões**¹, e de **injúria simples**², devendo, contudo, ser **decretada a extinção de punibilidade** dos mesmos, em observância aos arts. 107, IV, e 109, VI³, do Código Penal.

É o Relatório.

Com fundamento no art. 610 do CPP, **inclua-se em pauta**.

Recife, 28 de outubro de 2009


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

¹ Art. 345 - Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

² Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

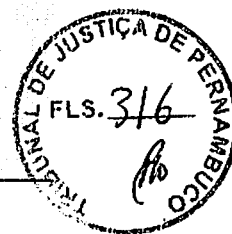
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

³ Prescrição em dois anos, se o máximo da pena é inferior a um ano



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

070



Apelação Criminal nº: 178168-2
Comarca Origem: Gravatá- 1ª Vara
Apelante: Carmerindo Sebastião dos Santos
Apelados: Augusto César Régis Cavalcante e Carlos Gil Rodrigues
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Patrícia Carneiro Tavares (Concovada)
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR -

PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE "ACUSAÇÃO"

O ora recorrente alegou em suas razões recursais cerceamento de "defesa", em face do indeferimento de oitiva de uma testemunha pelo Juiz Severlano de Lemos Antunes Júnior, através do despacho de fls. 180/182.

Ocorre que o referido magistrado, alegando motivo de foro íntimo, declarou-se **suspeito** para o julgamento do presente processo (fls. 187), logo em seguida, o querelante requereu o afastamento do nobre magistrado, por também considerar o julgador suspeito (188/189).

Desta feita, **os autos foram remetidos à Juíza Izilda Maria de Abreu Dornelas Câmara**, que, esclarecendo que o pedido de ouvida da testemunha **Maria do Carmo Varejão Richilin** fora devidamente analisado por seu antecessor, deu continuidade ao feito, abrindo vista às partes para as alegações finais.

Analisando os presentes autos, não vislumbro qualquer mácula no contraditório do presente processo.

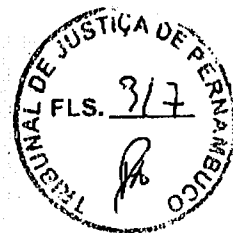
Percebo que na queixa, não obstante o querelante citar o nome da Sra. Maria do Carmo Varejão Richilin, não a arrolou como testemunha, como determina o art. 41 do CPP.

MF



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

071



Por outro lado, foi a Sra. Maria do Carmo Varejão Richilin arrolada como testemunha pelos querelados.

Contudo, somente após a oitiva das testemunhas arroladas pelo querelante e dispensa da ouvida das testemunhas de defesa, foi que o querelante solicitou o testemunho da Sra. Maria do Carmo Varejão Richilin, o que foi, acertadamente indeferido.

O Magistrado esclareceu que o julgador não fica atrelado ao rol de testemunhas apresentado na queixa, não obstante o comando do art. 41 do CPP. Isso porque o mesmo poderá ouvir outras testemunhas não arroladas, "se este assim entender necessário e conveniente", o que não foi o caso dos autos, vez que, como menciona o magistrado, "a Sra. Maria do Carmo Varejão Richilin não presenciou os fatos narrados na queixa crime, tendo ciência dos mesmos apenas através de uma ligação telefônica, não restando demonstrada a necessidade de sua ouvida para a descoberta da verdade real e conseqüente elucidação dos fatos (...)".

Veja que, quando proferiu o despacho de fls. 180/182, o Juiz Severiano de Lemos Antunes Júnior ainda não havia declarado sua suspeição, tampouco o querelante, sendo assim, conforme entendimento da jurisprudência pátria⁴, o ato não pode ser invalidado, como também entendeu a sua substituta legal, inclusive reiterando seu entendimento na sentença (fls. 241).

Destarte, entendo que foi respeitado plenamente o direito de acusação do querelante.

Assim sendo, em face da constatação do contraditório e do devido processo legal, rejeito a presente preliminar.

Recife, de de 20__

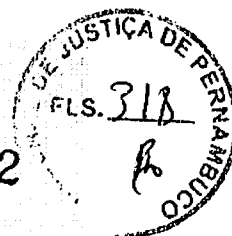
Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

⁴ Vide HC/STJ 106.621/PR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

072



Apelação Criminal nº: 178168-2
Comarca Origem: Gravatá- 1ª Vara
Apelante: Carmerindo Sebastião dos Santos
Apelados: Augusto César Régis Cavalcante e Carlos Gil Rodrigues
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Patrícia Carneiro Tavares (Concovada)
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR - MÉRITO

Narra a queixa-crime que os querelados não concordaram com a edificação de uma garagem no terreno do querelante, que fica ao lado da casa do primeiro querelado, **Augusto César Régis Cavalcante**, no Condomínio Prive Lê Village Dû Moulin, em Gravatá - PE, motivo pelo qual, o primeiro querelado, no dia **21/04/2005**, por volta das 18:30 horas, derrubou "parte do muro paralelo ao muro divisório das duas casas".

Ainda conforme a peça de acusação, "enquanto os policiais conversavam com o primeiro querelado", foi o querelante "abordado pelo segundo querelado, **Carlos Gil Rodrigues**, que repetidamente iniciou uma série de agressões verbais contra o querelante, inclusive, ofendendo-o com palavras difamatórias e injuriosas do tipo 'safado e merda', ato contínuo, também o primeiro querelado ofendeu "o querelante com palavras difamatórias e injuriosas do tipo, ex-juiz merda, safado".

Por fim, relata o querelante na queixa que, no dia **22/04/2005**, os querelados voltaram ao local dos fatos e "destruíram



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

073



toda a obra que estava em andamento", fato este repetido pelo primeiro querelado em **12/05/2005**.

A Magistrada a quo, analisando a prova coligida aos autos, chegou à conclusão de que os querelados deveriam ser absolvidos dos crimes aos mesmos imputados na queixa-crime.

Perfilhando os autos, entendo que o presente apelo deve ser conhecido apenas quanto aos tipos penais especificados nas condutas descritas no art. 163, parágrafo único, incisos I e IV (**dano qualificado**), art. 139 (**difamação**) e 140, §2º (**injúria qualificada pela violência ou vias de fato**) c/c o aumento do art. 141, II (contra funcionário público em razão de suas funções) e III (na presença de várias pessoas), todos do Código Penal, pelos motivos já elucidados na ocasião do julgamento da preliminar.

Passo a analisar o mérito.

O querelado **Carlos Gil Rodrigues** em seu depoimento judicial afirmou que adquiriu a casa de número 25 do Prive Lê Village Dû Moulin no ano de 1986, tendo vendido metade da referida casa no ano de 2000 ao primeiro querelado; disse que soube do desentendimento do querelante com o primeiro querelado e se reuniram com o síndico e com o querelante acordando que as obras ficariam paralisadas até uma definição em reunião do condomínio; que no dia 21 de abril seguinte recebeu um telefonema do primeiro querelado afirmando que, não obstante o combinado, o querelante tinha retomado a construção; que conversou com o querelante sobre o acordo e este respondeu que não haviam resolvido nada; que respondeu ao querelante que não era mentiroso; **que o querelante então respondeu: "o senhor é mentiroso e marginal"**; **que se sentindo ofendido respondeu ao querelante, "mentiroso, marginal e corno é o senhor, porque sua mulher fugiu com um**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

074



advogado"; que o querelante disse que já havia chamado a polícia e iria processar o depoente e o "marginal" do cunhado dele; após outras ofensas recíprocas, inclusive um gesto obsceno por parte do querelante, afirmou que foi à delegacia, e na volta, confessou que "derrubou a construção do querelante por entender que, pelo projeto, iria derrubar água em sua casa, que o local da construção era um terreno do condomínio e que não havia licença municipal para a referida construção; também afirmou que NÃO CHAMOU o querelante de "merda e safado"; que não esbocou nenhuma agressão física. (fls. 105/107)

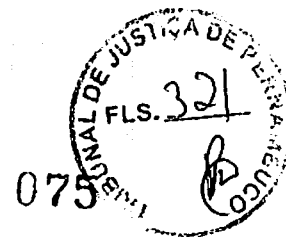
O primeiro querelado, **Augusto César Regis dos Santos**, perante a magistrada *a quo* asseverou que havia falado com o querelante, antes dos fatos narrados na exordial, e esclarecido que a construção era irregular, contudo, o querelante continuou a construção; disse que pediu auxílio ao seu cunhado, segundo querelante; disse que pegou uma grade que seria utilizada na obra do querelante e derrubou alguns tijolos; que o querelante aproximou-se mostrando a carteira funcional de magistrado, afirmando que era autoridade; que o querelado respondeu que aquilo não valia, pois o querelante era juiz aposentado; ainda confirmou os termos do depoimento prestado pelo segundo querelado. (fls. 108/110)

A testemunha presencial arrolada pela acusação, **JOSÉ RICARDO DA SILVA**, prestou depoimento afirmando que o querelante e o querelado **Carlos Gil** ficaram nervosos durante a discussão; que ouviu quando o querelante chamou o querelado **Carlos Gil de marginal**; que quando os querelados voltaram da delegacia, presenciou o querelado **Carlos Gil** derrubando a construção da casa do querelante; QUE NÃO OUVIU, durante a discussão entre o querelante e o querelado Carlos Gil, este último chamar o

MX



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



querelante de "merda e de safado"; que em nenhum momento ouviu que os policiais tenham segurado os querelados; que nunca presenciou os querelados agredindo verbalmente, discutindo ou sendo grosseiros com qualquer pessoa dentro do condomínio. (fls. 157/158)

A testemunha **WALTER JOSÉ DE MEDEIROS**, prestou depoimento afirmando que **estava presente na ocasião dos fatos** e que **"em nenhum momento escutou o segundo querelado chamar o querelante de 'safado e merda'"**. (fl. 168)

A testemunha de acusação **JOSÉ FELIPE DOS SANTOS FILHO** informou que não esteve presente no momento dos fatos narrados na inicial, contudo, ouviu falar que o querelado **Carlos Gil** derrubou parte da construção do querelante e o chamou de "corno". (fls. 158/159)

A testemunha de acusação **CÉLIO NUNES DE ANDRADE** disse que não esteve presente no dia dos fatos, contudo, posteriormente ouviu falar que o querelado **Carlos Gil** derrubou a construção do querelante; que ouviu falar que **o querelante chamou o querelado Carlos Gil** de "safado e marginal", tendo este respondido que o querelante é quem era **"safado", "marginal" e "corno"**. (fls. 159/160)

Não houve oitiva das testemunhas arroladas pela defesa em função do pedido de dispensa das mesmas pelos querelados.

Diante de todo o exposto, verifico que **restou comprovada a conduta dos querelados no sentido de destruir a construção do querelante**, conforme dito na queixa; contudo, não obstante a troca de vários insultos entre as partes, **não restou provado que o querelante foi ofendido com as palavras de "merda" e "safado", conforme narrado na queixa**, também não identifiquei qualquer tipo de agressão **não verbal** entre as partes.



Passo a análise dos tipos penais.

Inicialmente, esclareço que a preliminar argüida de ofício, pelo *Parquet* de segundo grau, relativamente **ilegitimidade do querelante acerca do delito de VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO** (art. 150 do CP) - em função de se tratar de delito movido por ação pública incondicionada - deve ser apreciada neste momento, vez que, **em sede recursal, tal discussão diz respeito ao mérito**, devendo esta Corte se pronunciar acerca da possibilidade de analisar o pedido do recorrente referente à condenação dos querelados acerca do crime em baila.

Contudo, **entendo que deve ser mantida a justiça da decisão já proferida pela magistrada sentenciante** acerca do assunto, quando, na sentença (fl. 244), **reconheceu a ilegitimidade do querelante quanto à persecução dos querelados relativamente ao delito de violação de domicílio**. Explico.

Conforme ensina o mestre Nestor Távora⁵, a ação penal privada "é aquela exercida pela vítima ou por seu representante legal", assim, **"sempre que o crime for de iniciativa privada, deve o dispositivo legal trazer de forma expressa que a titularidade da ação é do particular, mediante oferta de queixa-crime (art. 100, CPP)"**

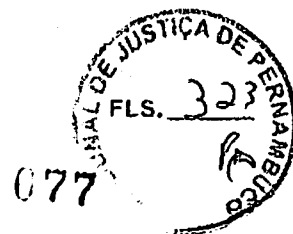
No presente caso, o querelante ofereceu a queixa de fls. 02/06, acusando os senhores Augusto César Régis Cavalcante e Carlos Gil Rodrigues dos crimes de (i) **invasão de domicílio**; (ii) **dano qualificado**; (iii) **difamação**; e (iv) **injúria agravada**.

Dentre os crimes acima listados, não foi conferido ao autor a possibilidade de atuar em nome próprio na tutela de direito alheio (*Jus Puniendi* do Estado) na parte relativa ao crime de **invasão de domicílio**, que é, como bem salientado pelo Ministério Público, **crime processado através de ação pública incondicionada**.

⁵ Curso de Direito Processual Penal, Editora Juspodium. 3ª Ed. Salvador 2009. p. 140.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Assim sendo, resta evidente a ilegitimidade do querelante para processar, em nome próprio, os ora querelados, relativamente ao crime de violação de domicílio.

Destarte, ratifico os termos da sentença e reconheço que a pretensão do recorrente no que concerne o pedido de condenação os recorridos pela prática do crime de violação de domicílio não deve ser, na presente ação privada, analisado.

Ademais, note-se que, pela prática do crime de lesão corporal grave na modalidade tentada, sequer foram os ora recorridos acusados e julgados, sendo tal delito acrescentado apenas em grau recursal; além do mais, não se trata de delito a ser processado mediante queixa, motivos pelos quais, também não podem ser apreciados neste momento.

Passo agora a analisar o pedido de condenação dos réus pelo crime de **DANO QUALIFICADO**.

Nas razões recursais, pede o apelante pela condenação dos ora apelados pela prática do crime de **dano qualificado**.

A magistrada de primeiro grau absolveu os querelados, alegando que tais condutas se justificam "pela justa defesa do patrimônio deles, nos termos do art. 1.210 do CC".

Ressalte-se que tal delito também foi afastado pela **douta Procuradora de Justiça**, que, por sua vez, pugnou pela condenação dos réus, após o procedimento da *emendatio libelli*, pela conduta do **tipo do art. 345 (exercício arbitrário das próprias razões)**, justificando que os fatos narrados na queixa subsumem-se ao tipo desde último dispositivo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



078

Não obstante a indicação do *Parquet* de segundo grau da ocorrência do crime do art. 345, também aponta a **incidência da prescrição**, vez que "tal delito tem como pena máxima detenção de **01 (um) mês**, razão pela qual temos já operada a prescrição do mesmo, já que, entre a data do recebimento da queixa 08.12.2006 (fls. 98) e a presente data, 30.09.2009, considerando que não houve outra causa interruptiva ou suspensiva da prescrição, **já decorreram bem mais do que os dois anos estabelecidos pelo inciso VI, do art. 109, do Código Penal.**"

No presente caso, comungo com o mesmo raciocínio delineado pelo Ministério Público de segundo grau acerca da **não ocorrência da prática do delito de dano qualificado**.

Por outro lado, vê-se claramente a ocorrência da **prescrição relativamente ao crime do art. 345**.

Assim sendo, em face da **indubitável constatação da prescrição**, considero **inviável a possibilidade de uma análise aprofundada acerca da culpabilidade dos réus.**

Quanto às ofensas recíprocas entre o querelante e o querelado **CARLOS GIL**, relembro que na queixa-crime o querelante destacou que foi "abordado pelo segundo querelado, **Carlos Gil Rodrigues**, que repetidamente iniciou uma série de agressões verbais contra o querelante, inclusive, ofendendo-o com **palavras difamatórias e injuriosas do tipo 'safado e merda'**", ato contínuo, também o primeiro querelado ofendeu "o querelante com palavras difamatórias e injuriosas do tipo, **ex-juiz merda, safado**". (grifei)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Analisando a prova dos autos, não foram provadas as ofensas de "safado" e "juiz de merda" por parte do querelado AUGUSTO CÉSAR.

Outrossim, não se provou que o querelado CARLOS GIL ofendeu o querelante com as palavras "safado e merda", especificamente, não obstante a existência de troca de ofensas entre as partes.

Assim, mantenho a absolvição dos ora apelados dos demais crimes aos mesmos imputados na queixa-crime.

Ante o exposto, rejeito a preliminar de cerceamento de acusação; ratifico a sentença a quo acerca da ilegitimidade do querelado acerca do delito de violação de domicílio; também entendo que não deve ser apreciado o pedido de condenação dos réus relativamente ao crime de tentativa de lesões corporais graves.

No mérito, pelos motivos acima expostos, **NEGO PROVIMENTO AO PRESENTE APELO.**

Recife, 22 de 12 de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator